



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS**

GABRIELE INGRID SANTOS SOARES

**Agroecologia e Agricultura Familiar Camponesa: Caminhos para a
Segurança e Soberania Alimentar**

Recife
2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

GABRIELE INGRID SANTOS SOARES

**Agroecologia e Agricultura Familiar Camponesa: Caminhos para a
Segurança e Soberania Alimentar**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Geografia.

Orientadora: Dra. Mônica Cox de Britto
Pereira

Coorientadora: Me. Emely Christine Sulino
de Melo

Recife
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
programa de geração automática do SIB/UFPE

Soares, Gabriele Ingrid Santos .

Agroecologia e agricultura familiar camponesa: caminhos para a segurança
e soberania alimentar / Gabriele Ingrid Santos Soares. - Recife, 2024.
61 p. : il., tab.

Orientador(a): Mônica Cox de Britto Pereira

Cooorientador(a): Emely Christine Sulino de Melo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal
de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia -
Bacharelado, 2024.

Inclui referências.

1. Agroecologia. 2. Segurança Alimentar. 3. Soberania Alimentar. 4.
Agricultura Familiar Camponesa. I. Pereira, Mônica Cox de Britto.
(Orientação).

II. Melo, Emely Christine Sulino de . (Coorientação). IV. Título.

630 CDD (22.ed.)

GABRIELE INGRID SANTOS SOARES

Agroecologia e Agricultura Familiar Camponesa: Caminhos para a Segurança e Soberania Alimentar

Aprovado em: 24/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MONICA COX DE BRITTO PEREIRA**
Data: 12/08/2025 23:48:36-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profº. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Me. Emely Christine Sulino de Melo (Co-orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dra. Priscylla Karoline de Menezes (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Me. Joanna Amarante Silva Cavalcanti (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a minha mãe Joelma e meu padrasto Eduardo que foram os principais responsáveis pela minha educação.

À minha avó que me criou e me ensinou a ser quem sou hoje.

À minha família materna que sempre esteve comigo me apoiando e torcendo pelo meu melhor.

Às minhas amigas Eduarda Godoi, Lavínia, Taís, Lívia que sempre estiveram comigo nessa caminhada.

À minha orientadora, Mônica Cox e minha co-orientadora Emely Melo que me ajudaram e orientaram no processo.

Obrigada! Amo vocês.

Dedico este trabalho à minha avó Maria, à minha mãe Joelma e meu padrasto Eduardo. Amo muito vocês.

RESUMO

O processo de modernização da agricultura brasileira, propagado pela Revolução Verde, se deu por um momento de intensa mobilização política, fazendo movimentos sociais de trabalhadores rurais lutarem contra esse sistema capitalista de latifúndios. O agronegócio surge com o objetivo de intensificar a produção agrícola por meio de compostos químicos em agrotóxicos, ignorando a conservação da natureza e tendo como discurso o fim da fome no mundo. Contudo, a expansão do agronegócio contrapõe a segurança e soberania alimentar, no qual não garante a todas as pessoas o acesso à alimentos, visto que o agronegócio possui uma ideologia latifundiária de agricultura capitalista. Em contrapartida, a agricultura familiar camponesa vem resistindo a esse sistema produtivo do agronegócio, com suas práticas de agricultura tradicional. Dessa forma, a Agroecologia surge como importante meio de integrar as práticas sustentáveis na agricultura familiar camponesa, promovendo, por exemplo, os sistemas agroflorestais na conservação da agrobiodiversidade. Entende-se nesse trabalho a Agroecologia enquanto ciência, movimento e prática, envolvendo perspectivas políticas, sociais e de aplicações de técnicas de agriculturas. Assim, a segurança e soberania alimentar entram no contexto de garantia de produção e acesso da alimentação de qualidade à população. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral: Compreender a soberania e segurança alimentar no contexto da Agroecologia e agricultura familiar camponesa. E como objetivos específicos destacamos: Aprofundar a compreensão de Agroecologia; Estudar a segurança e soberania alimentar a partir do modelo da agricultura familiar camponesa; Listar políticas públicas que enfocam a segurança alimentar. Destaca-se o fortalecimento da agricultura familiar camponesa para suprir as questões que envolvem a segurança e soberania alimentar. As mulheres camponesas possuem também um papel fundamental na agricultura contribuindo na conservação da natureza e garantindo a segurança e soberania alimentar da família. Toda essa abordagem é feita na garantia do acesso a alimentos saudáveis e no combate da insegurança alimentar da população, sendo a Agroecologia uma alternativa para promover um sistema alimentar justo e saudável, na inclusão de políticas públicas para combater a fome e proporcionar uma vida melhor.

Palavras-chave: Soberania alimentar; Segurança alimentar; Agroecologia; Agricultura familiar camponesa.

ABSTRACT

The process of modernization of Brazilian agriculture, propagated by the Green Revolution, took place in a moment of intense political mobilization, making social movements of rural workers fight against this capitalist system of latifundia. Agribusiness arises with the aim of intensifying agricultural production through chemical compounds in pesticides, ignoring the conservation of nature and having as a discourse the end of hunger in the world. However, the expansion of agribusiness opposes food security and sovereignty, in which it does not guarantee all people access to food, since agribusiness has a landowner ideology of capitalist agriculture. On the other hand, peasant family agriculture has been resisting this productive system of agribusiness, with its traditional agricultural practices. Thus, Agroecology emerges as an important means of integrating sustainable practices in peasant family agriculture, promoting, for example, agroforestry systems in the conservation of agrobiodiversity. In this work, Agroecology is understood as a science, movement and practice, involving political, social perspectives and applications of agricultural techniques. Thus, food security and sovereignty enter the context of guaranteeing production and access to quality food to the population. In this sense, the research has as its general objective: Understand food sovereignty and security in the context of Agroecology and peasant family agriculture. And as specific objectives we highlight: Deepen the understanding of Agroecology; Study food safety and sovereignty from the model of peasant family agriculture; List public policies that focus on food security. The strengthening of peasant family agriculture to meet issues involving food security and sovereignty stands out. Peasant women also have a fundamental role in agriculture contributing to the conservation of nature and ensuring the safety and food sovereignty of the family. All this approach is made to ensure access to healthy food and to combat the food insecurity of the population, with Agroecology being an alternative to promote a fair and healthy food system, in the inclusion of public policies to combat hunger and provide a better life.

Keywords: Food sovereignty; Food security; Agroecology; Peasant family agriculture.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APPs - Áreas de Preservação Permanentes
ARL - Área de Reserva Legal
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CPT – Comissão Pastoral da terra
EBAAs - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IE - Intoxicação Exógena
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança alimentar e Nutricional
MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária
MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de aquisição de Alimentos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar
PT - Partido dos Trabalhadores
PTA - Projeto de Tecnologias Alternativas
Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
SAFs - Sistemas Agroflorestais
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
WFP - Programa Mundial de Alimentos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Plantação de macaxeira de agricultura familiar da Granja São Joaquim localizada em Nova Cruz, Igarassu, Pernambuco	9
Figura 2 - Homenagem do artista Chico Shiko à Elizabeth Teixeira	32
Figura 3 - Fluxograma dos Sistemas Agroflorestais (SAFs)	43
Figura 4 - Exemplo de Sistema Agroflorestal em área de declive em sítio de agricultor (ao fundo eucalipto plantado pela fazenda vizinha pertencente a Usina Petribu)	44
Figura 5 - Cultivos de hortaliças do Sistema Agroflorestal em Lagoa de Itaenga, de camponeses/as da Associação de Produtores e Moradores Agroecológicos do Imbé, Marreco e Sítios Vizinhos(ASSIM).....	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estabelecimentos agropecuários por utilização de agrotóxicos no Brasil em 2017.....	25
Gráfico 2 - Estabelecimentos agropecuários por uso de agricultura orgânica no Brasil em 2017.....	25

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. CONTEXTO DA AGROECOLOGIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA.....	17
1.1 AGROECOLOGIA COMO CIÊNCIA, MOVIMENTO E PRÁTICA	18
1.2 AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA EM CONTRAPARTIDA AO AGRONEGÓCIO	22
1.3 AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA AGROECOLÓGICA	32
2. SEGURANÇA ALIMENTAR.....	37
2.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR	38
2.2 SOBERANIA ALIMENTAR	40
3. A AGROECOLOGIA PODE ALIMENTAR O MUNDO!	45
3.1 DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA O CULTIVO AGROECOLÓGICO.....	45
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DA SEGURANÇA ALIMENTAR.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	54

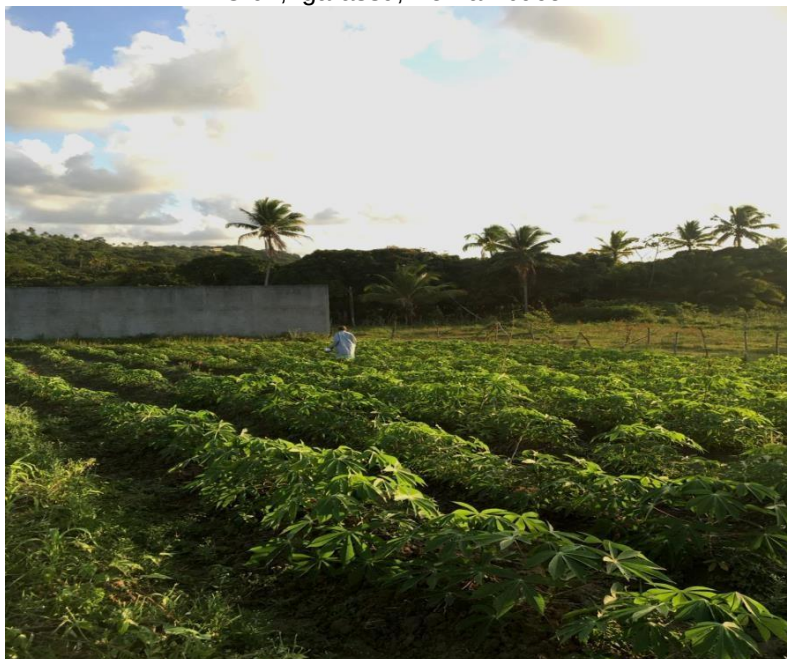
APRESENTAÇÃO

Escolhi a disciplina de Agroecologia a partir da minha vivência em sítio da agricultura familiar de minha avó em Igarassu/PE.

Cresci numa família com avós agricultores, que criaram 10 filhos e alguns netos com alimentos produzidos no campo, como macaxeira, inhame, batata-doce, milho, feijão, hortaliças, tomate, banana, manga, sem nenhum tipo de conservantes ou agrotóxicos, tudo a partir da base agroecológica.

Fui criada no sítio até meus 12 anos pelos meus avós, em Nova Cruz, no município de Igarassu, em Pernambuco e cresci aprendendo e reproduzindo todas as experiências de plantio de diversas culturas e me alimentando de tudo o que o campo ofertava (Figura 1).

Figura 1 - Plantação de macaxeira de agricultura familiar da Granja São Joaquim localizada em Nova Cruz, Igarassu, Pernambuco.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Não fazemos uso de agrotóxicos, buscamos sempre a conservação da natureza e dos solos, pois é um lugar rico em lençóis freáticos, com água limpa e potável e com rios, que são essenciais para o nosso consumo e dos animais que criamos, além da residência ser próximo a roça, o que poderia sim afetar a vida de todos que habitam o sítio.

Me interessei em fazer este trabalho a partir do meu vínculo com agricultura durante minha experiência de vida no campo explorando o contexto da Agroecologia

dentro da agricultura familiar camponesa e como os alimentos cultivados agroecologicamente são saudáveis.

Com isso, trouxe a Agroecologia na perspectiva da agricultura familiar e como são essenciais em conjunto para uma melhor qualidade de vida da população e soluções à insegurança alimentar dos povos.

INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura se deu por meio da Revolução Verde, na qual foi difundido o pacote tecnológico, este que, consistiu em propagar insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como uma base ideológica de valorização do progresso (PEREIRA, 2012). Sob a narrativa de combate à fome mundial, a Revolução Verde causou diversos impactos sociais e ambientais negativos, sem, no entanto, resolver ou equacionar a questão central da fome. Concomitantemente, essa difusão da tecnologia na agricultura teve como foco o aumento da produtividade, com finalidade de expansão capitalista, ignorando a conservação da natureza e a vida dos povos que já estavam nas terras antes de sua chegada.

Assim, os movimentos que demandavam a reforma agrária contribuíram para diminuir a histórica concentração fundiária que ocorria no Brasil desde a colonização. Esses movimentos sociais de luta por terra reivindicavam os direitos para os agricultores/as explorados/as e sem-terra¹. Ao mesmo tempo, a Agroecologia surgiu como uma nova forma de produção. Essa proposta se contrapõe à agricultura convencional, apresentando formas de cultivos sanos, indo na contramão da agricultura convencional, em meio a enfrentamentos climáticos, degradação do solo, insegurança alimentar, erosão da biodiversidade e problemas à saúde.

A Agroecologia enquanto uma ciência dialética, não possui receitas ou normas, mas princípios que buscam garantir a produção de alimentos limpos (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017). As iniciativas agroecológicas agem de forma ampla, como o resgate e manutenção das sementes pelas famílias agricultoras, conservação da natureza, articulação de novas redes a partir de agricultores/as familiares, acesso a soberania alimentar dos povos, respeitando suas disposições socioeconômicas e culturais. A Agroecologia enquanto ciência, movimento e prática contribuiu para as transformações na agricultura, esta que fora impactada pela agricultura agroquímica de base industrial, como cita Irene Maria Cardoso: “Em síntese, isso seria a agroecologia, onde você tem um componente científico, mas articulado com a prática

¹ Reflexão feita a partir das leituras dos estudos da professora Dra. Leonildes Servolo de Medeiros (1989).

dos agricultores, de forma que esses dois conhecimentos se interagem para buscar essas alternativas, ou seja, uma transformação social” (CARDOSO, 2015).

Este trabalho parte da seguinte problemática: como a Agroecologia contribui para segurança e soberania alimentar da população? Para isso, foram abordados os principais entraves encontrados neste caminho e foi discutida a Agroecologia enquanto ciência, movimento e prática, em enfrentamento aos problemas decorrentes do agronegócio e ao sistema capitalista que oprime as classes sociais, raciais e de gênero no Brasil. Nesse contexto, as mulheres camponesas também tiveram um importante papel na agricultura familiar camponesa. Marcadas por diversos momentos de lutas na reivindicação de seus direitos enquanto agricultoras. O empoderamento das mulheres camponesas se torna fundamental na promoção da agrobiodiversidade e promoção da segurança e soberania alimentar em suas casas. Além disso, é por elas que um vasto conhecimento sobre sistema agroecológico é repassado, construindo uma luta na qual as mulheres são protagonistas no trabalho e na contribuição no campo.

A segurança alimentar entra no contexto do acesso à alimentos para a inibição da fome. Está associada à autonomia de produzir alimentos e autossuficiência alimentar e nutricional do país, mostrando o importante papel da agricultura familiar, assim como na questão de soberania alimentar. Na presente pesquisa a hipótese trata a Agroecologia como caminho para se alcançar a segurança e soberania alimentar. Assim, temos como **objetivo geral**: compreender a soberania e segurança alimentar no contexto da Agroecologia e agricultura familiar camponesa. E como **objetivos específicos** destacamos: aprofundar a compreensão da Agroecologia; estudar a segurança e soberania alimentar a partir do modelo da agricultura familiar camponesa; listar políticas públicas que enfocam a segurança alimentar.

Como metodologia do trabalho em tela usei a experiência que obtive em atividades de campo na disciplina de Agroecologia, como aluna e monitora da disciplina ministrada pela Profa Mônica Cox, na qual teve um direcionamento para uma alimentação de base ecológica em território camponês que me motivou a fazer este trabalho. Também considerei a vivência que tenho de infância no campo com meus avós. Adquiri conhecimentos e experiências ao longo dos campos e da vida. Em uma das aulas de campo vimos plantios agroecológicos com produção de alimentos saudáveis que abastecem as feiras agroecológicas da região metropolitana de Recife, sem danos à saúde do agricultor que planta, do consumidor que ingere e do solo que

recebe os nutrientes. Neste trabalho realizei levantamento bibliográfico, usando como referências artigos, livros, revistas, trabalhos de conclusão de curso e dissertações com base nas temáticas várias interligadas da pesquisa: Agroecologia como ciência, movimento e prática, Agricultura Familiar Camponesa em defesa do território e do sustento agroecológico, desenvolvimento e meio ambiente, críticas ao agronegócio, luta e espaço das mulheres no campo, combate à fome no Brasil, segurança e soberania alimentar, monoculturas da mente, e políticas públicas acerca da alimentação saudável. Pesquisa documental foi realizada e consulta de dados a partir do IBGE e da Rede Penssan.

O trabalho foi dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo traz a definição de Agroecologia enquanto ciência, movimento e prática, destacando como a agricultura familiar camponesa enfrentou a questão do sistema expansivo capitalista do agronegócio e a luta dos movimentos de reforma agrária e de gênero.

O segundo capítulo descreve a segurança, insegurança e soberania alimentar, e destaca como o país lida com esses conceitos e caminhos.

O terceiro e último capítulo reflete os desafios e as soluções do cultivo agroecológico, ressaltando as políticas públicas em prol da segurança alimentar.

1. CONTEXTO DA AGROECOLOGIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

A concepção tradicional de “desenvolvimento”, historicamente associada à urbanização e ao crescimento econômico, tem sido questionada por ignorar as desigualdades sociais, a degradação ambiental e os saberes de populações tradicionais (PEREIRA, 2005). A noção dominante de “desenvolvimento sustentável”, popularizada a partir do Relatório Brundtland (1987), busca conciliar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Contudo, essa ideia tem sido criticada por movimentos camponeses e feministas por muitas vezes mascarar relações de exploração e perpetuar a lógica capitalista, agora com uma “face verde” (PACHECO, 2002; SHIVA, 2003). O desenvolvimento tem sido entendido como crescimento econômico, urbanização e acesso a serviços e mercadorias (PEREIRA, 2005).

A Revolução Verde consistiu na difusão das tecnologias agrícolas com o objetivo de aumentar a produção de alimentos no período do pós-guerra, especialmente em países menos desenvolvidos, entre 1960 e 1970, visando solucionar a fome no mundo. Esse processo ficou conhecido como o pacote tecnológico do processo de industrialização da agricultura: “insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra conjugado ao difusionismo tecnológico bem como uma base ideológica de valorização do progresso” (PEREIRA, 2012). No entanto, apesar da promessa de acabar com a fome no mundo, a Revolução Verde trouxe diversos impactos sociais e ambientais negativos. Além de não resolver os problemas nutricionais, ela contribuiu para o aumento da concentração fundiária e a dependência de sementes comerciais, dificultando a produção da agricultura familiar e desvalorizando suas diversidades. Sobre isso, Vandana Shiva (2003) reflete no capítulo sobre revolução verde e sementes milagrosas, no livro *“Monoculturas da Mente”*:

[...] os sistemas de cultivo envolvem uma interação entre o solo, a água e os recursos genéticos das plantas. Na agricultura nativa, os sistemas de cultura incluem uma relação simbiótica entre o solo, água, plantas e animais domésticos. A agricultura da Revolução Verde substitui essa integração no nível da propriedade rural pela integração de insumos como as sementes e os produtos químicos (SHIVA, 2003).

Diante dos impactos da Revolução Verde e das desigualdades que ela reforçou, o papel das mulheres tornou-se fundamental na construção de alternativas agroecológicas, sustentadas por práticas de valorização da agrobiodiversidade. Assim, as experiências agroecológicas envolvem o cuidado com a biodiversidade, conservação de sementes crioulas e organização comunitária, amplamente lideradas por mulheres — muitas delas negras, indígenas e ribeirinhas — que protagonizam um processo de re-existência frente à lógica do capital. Como destaca Maria Emília Lisboa Pacheco (2002), os debates sobre sustentabilidade só se tornam efetivos quando integrados à crítica feminista das relações de poder que estruturam o campo e a agricultura.

1.1 AGROECOLOGIA COMO CIÊNCIA, MOVIMENTO E PRÁTICA

A Agroecologia é compreendida como uma tríade: ciência, movimento e prática. Sua consolidação no Brasil ocorreu a partir das décadas de 1970 e 1980 como resposta crítica à Revolução Verde e a modernização conservadora da agricultura. Conforme Mônica Cox de B. Pereira (2020) bem ressalta:

“Nesse sentido, sublinhamos que a Agroecologia se constrói na disputa entre paradigmas, entre concepções distintas de ciência, entre perspectivas de mundo diferentes, a partir de princípios e múltiplas epistemologias” (2020: p.2).

Apesar do paradigma convencional configurar-se na sociedade como dominante, estamos imersos em contradições e múltiplas crises, que é trazido pela autora em seu texto “Agroecologia na formação universitária: da ecologia à Agroecologia e do ecossistema ao agroecossistema” como tem construído essa reflexão na disciplina de “Agroecologia” na universidade na disciplina oferecida na graduação de geografia (2016). Mônica Cox de B. Pereira (2016) destaca essa compreensão paradigmática, assim, sinalizando:

“Entende-se *Agroecologia* como um paradigma emergente, que se constrói no processo de confronto com o paradigma dominante em nossa sociedade ocidental, cartesiana, reducionista, tecnicista e com base em uma concepção de ciência neutra” (2016: p.4).

Em Borsatto e Carmo (2013), os autores analisam o paradoxo da Agroecologia, referindo-se à busca por reconhecimento da Agroecologia como ciência, enquanto questiona os paradigmas científicos tradicionais. A utilização do termo “Agroecologia” se consolida em um contexto de crise socioambiental que abre espaço para o questionamento da racionalidade econômica e tecnológica dominante (BORSATTO e CARMO, 2013).

“Assim, a agroecologia, se estabelece a partir de uma postura crítica e conflituosa em relação ao modelo agrícola impetrado pela Revolução Verde e do sistema agroalimentar oriundo dele, na busca de caminhos para a construção de sistemas agroalimentares mais sustentáveis” (BORSATTO e CARMO, 2013).

As práticas da Agroecologia são tão antigas quanto o surgimento da agricultura (HECHT, 1993). A partir das décadas de 1970 e 1980, a Agroecologia afirmou-se enquanto ciência por conta dos estudos relacionados à ecologia. A Agroecologia nasce a partir da crítica ao modelo de desenvolvimento e de agricultura que inspirou e operou a difusão das tecnologias no campo (MARINHO, MATTOS, FREITAS, NETO, 2017). Dessa forma, a Agroecologia surge como contraponto à agricultura moderna agroquímica, com base em uma forma de plantio diversificado na natureza, diminuindo a poluição no planeta e buscando prolongar a vida diante da alimentação limpa e saudável.

Segundo Caporal e Costabeber (2000), a Agroecologia define-se como método capaz de pensar em processos de transições do sistema de agricultura atual para um que favoreça o desenvolvimento sustentável. Ressaltam também em relação ao que significa a Agroecologia:

“Não apenas isto, mas também temos vinculado à Agroecologia à oferta de produtos “limpos”, ecológicos, isentos de resíduos químicos, em oposição àqueles característicos da Revolução Verde. Portanto, a Agroecologia nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica” (CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. 2000).

Apesar de todas as definições que têm recebido, confundindo-a como uma nova agricultura e até mesmo como política pública, Altieri (2004) diz que a Agroecologia tem sido atribuída como ciência ou disciplina científica, podendo ser vista como

multidisciplinar, na qual se analisam, estudam, ensinam e avaliam princípios, conceitos e metodologias de agroecossistemas. O agroecossistema é um sistema socioecológico agrícola, considerando a interação sociedade-natureza na manipulação da natureza, sendo um local de produção agrícola compreendido como um ecossistema e fundamental para o desenvolvimento rural sustentável:

Sob o ponto de vista da pesquisa Agroecológica, os primeiros objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas sim a otimização do equilíbrio do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais. (CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. 2000.)

Segundo Costabeber e Caporal (2002), o enfoque agroecológico corresponde a conceitos e aplicação de princípios da Ecologia, Agronomia, Sociologia, Antropologia e outras áreas do conhecimento que agregam múltiplas dimensões ao manejo dos agroecossistemas. Ou seja, a Agroecologia, no campo de conhecimento científico, proporciona apoio na transição do modelo de agricultura convencional para um modelo de base ecológica. Seu objetivo é trabalhar e alimentar a sociedade com sistemas que conservam a fertilidade do solo natural, os componentes biológicos e protegem as culturas, utilizando técnicas de manejo que não trazem prejuízos à saúde e à natureza.

Mônica Cox de B. Pereira (2007) ressalta que as experiências em Agroecologia possuem princípios em comum ligados à produção: consórcio de espécies, uso de sementes, manutenção de plantas nativas, incorporação de árvores, dentre inúmeras outras práticas que possibilitam a regeneração ecológica, recuperação do solo, da vegetação e da fauna, possibilitando funções valiosas para o futuro. A produção ecologicamente sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, sementes, nutrientes, luz solar e umidade, ou seja, quando há nutrientes suficientes ricos para uma produtividade saudável e resiliente às adversidades.

A transição da Agroecologia nos processos ecológicos da natureza considera construções que vão além do tempo. É preciso valorizar as práticas e conhecimentos dos camponeses, indígenas e povos tradicionais, que praticam a agricultura vinculada

à natureza, em superação das colonialidades² (MELO; PEREIRA, 2023). Dessa forma, a Agroecologia contribui para o enfrentamento das crises socioambientais. Os danos sociais e ambientais gerados pela modernização da sociedade na agricultura brasileira visam primordialmente o desenvolvimento econômico, assim, os inúmeros impactos e conflitos daí decorrentes foram contribuindo com que a Agroecologia ganhasse enfoque nos ambientes acadêmicos.

A Agroecologia é ao mesmo tempo ciência, como produção de conhecimento; movimento, como político ou social; e prática, como aplicação técnica (Wezel, et. al., 2009). Irene Maria Cardoso (2015), em entrevista para Revista Esquerda Petista, atesta essa compreensão de que a Agroecologia é ciência, movimento e prática, destacando o protagonismo dos/as agricultores/as:

“A agroecologia não é simplesmente um modo de produzir sem agrotóxicos, ela possui três dimensões: ciência, movimento e prática. Enquanto ciência é o estudo dos sistemas alimentares e enquanto movimento contribui para que haja as transformações necessárias na agricultura brasileira, hegemonizada atualmente pelo agronegócio. [...] onde você tem um componente científico, mas articulado com a prática dos agricultores, de forma que esses dois conhecimentos se interagem para buscar essas alternativas, ou seja, uma transformação social. E a articulação da prática com o conhecimento científico” (CARDOSO, 2015).

Uma das concepções da Agroecologia como prática social da agricultura é a agricultura orgânica, na medida em que entendemos que o caminho é uma agricultura com base na natureza, sem insumos exógenos, fertilizantes químicos e agrotóxicos. Porém, a denominada agricultura orgânica apresenta contradições quando se associa à proposta da Agroecologia:

“A agricultura orgânica possui certas contradições a respeito da Agroecologia frente a princípios agroecológicos, podendo se limitar à dimensão produtiva e a processos de substituição de insumos e reprodução de pacotes tecnológicos orgânicos” (MARINHO, MATTOS, FREITAS, NETO, 2017).

Houve dois grandes marcos na década de 1970, no Brasil, diante do processo de fortalecimento dos movimentos e organizações não-governamentais ambientalistas (LUZZI, 2007): a criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) e os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs) centralizados na atuação dos

² Quijano (2007) considera as colonialidades, ressaltando que apesar da colonização ter terminado, permanecem as colonialidades.

agricultores e agricultoras e na crítica ao processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira (MELO, 2021). Outro movimento importante que surge na década de 1980 foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) dedicado à causa dos agricultores sem-terra e questionando o modelo convencional da monocultura, na medida em que no discurso diz que produzira muito para a sociedade, entretanto, são latifúndios improdutivos tendo a terra como mercadoria e renda. Com a criação dos movimentos sociais contrapondo esse modelo, a Agroecologia vai se articulando e ganhando força no Brasil, questionando a hegemonia da agricultura moderna.

Segundo BRAGA et al. (2024) a Agroecologia é uma prática, movimento e ciência que nasce das experiências de camponeses e povos originários, que desenvolveram formas de cultivo adaptadas às condições locais; um movimento social que emerge da luta desses povos por seus direitos, buscando transformações do modelo agrícola dominante, incluindo lutas em defesa da terra, da biodiversidade e da soberania alimentar; e por fim, ciência que produz conhecimentos integrando saberes tradicionais e acadêmicos.

A Agroecologia tem o horizonte da ecologia de saberes³ que considera um processo de construção do conhecimento, conforme Mônica Cox de B. Pereira (2020):

“a ecologia de saberes é um horizonte de busca e de aprendizado coletivo de construção de metodologias e processos que possibilitem a produção coletiva de conhecimentos num processo de encontro e diálogo de saberes que visam fortalecer processos contra-hegemônicos” (2020: p.4)

1.2 AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA EM CONTRAPARTIDA AO AGRONEGÓCIO

A formação econômica e territorial do Brasil antes da ascensão dos commodities, foi moldada por ciclos econômicos voltados para a exportação, baseados na monocultura, no latifúndio e na exploração de mão de obra escravizada. A principal atividade econômica foi a extração do pau brasil realizada por meio de mão de obra

³ Para aprofundar ver Emely Melo e Mônica Cox de B. Pereira (2023) “Agroecologia e ecologia de saberes desconstruindo o projeto colonial da agricultura brasileira: a Zona da Mata pernambucana resiste”.

indígena. A partir de 1530, com as Capitâneas Hereditárias, iniciou-se a colonização. Esse modelo econômico inicial lançou as bases para a estrutura agrária e social que predominaria por séculos no país.

A economia colonial passou a ser baseada na produção de açúcar, especialmente nas capitâneas de Pernambuco e Bahia. Diante disso, o sistema plantation, caracterizado pela monocultura voltada para exportação e exploração de escravizados, moldou a estrutura agrária e social do país. Essa configuração histórica influenciou diretamente os padrões de produção agrícola que persistiram até o século XX.

No contexto da Revolução Verde, com efeitos ambientais nocivos, a proposta era um “desenvolvimento” baseado na transgenia, visto que o agroquímico fazia parte do pacote tecnológico, com sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos resistentes. Essa fase marcou uma tentativa de modernização agrícola que trouxe profundas consequências sociais e ambientais.

O processo de modernização da agricultura brasileira teve início em um momento de intensa mobilização política e de disputa de interesses entre as classes trabalhadoras e as forças dominantes (LUZZI, 2007). O período antecedente ao Golpe Militar de 1964 foi de lutas no campo, tanto nos movimentos de massa urbana como rurais que reivindicavam medidas como a reforma agrária, melhores salários e condições de trabalho (FONSECA, 1985), manifestando-se contra os rumos do processo econômico.

A modernização da agricultura foi se dando por meio da Revolução Verde, surgida na Segunda Guerra Mundial que utilizava da tecnologia com discurso de combater a fome no mundo, alegando que isso só seria possível com a modernização das lavouras que, assim, agilizaria o processo de plantação, colheita e abastecimento e produziria em quantidade. Para Hespanhol (2008, p. 371), “a modernização da agricultura ocorrida em vários países derivou deste movimento expansionista caracterizado pelo expressivo crescimento econômico e pelo grande avanço tecnológico”.

No entanto, os impactos desse período não se restringiram aos aspectos tecnológicos. O avanço do agronegócio, associado ao uso intensivo de agrotóxicos, provoca graves impactos ambientais e sociais. A expansão do desmatamento, a contaminação da água e do solo, bem como o adoecimento de trabalhadoras e trabalhadores do campo são dimensões estruturantes desse modelo (BOMBARDI,

2012). Os efeitos são ainda mais acentuados entre populações negras, indígenas e periféricas, configurando uma forma de racismo ambiental, como aponta a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (2022).

Além disso, o agronegócio apaga a centralidade da mulher camponesa e da produção de alimentos voltada à vida. Os grandes produtores se beneficiam de políticas públicas e do lobby político, enquanto agricultoras familiares camponesas enfrentam barreiras de gênero no acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica. Como pontua Emma Siliprandi (2015), é necessário desmontar o caráter patriarcal do agronegócio, que exclui as experiências femininas da produção e da gestão agrícola.

O termo “*agronegócio*” surge no Brasil com o objetivo de modernizar a agricultura e aumentar a produtividade, com finalidade política e ideológica (MELO, 2018). O conceito foi incorporado no Brasil a partir do *agribusiness*, vindo da Escola de Negócios e Administração da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, em 1957, com a obra “*A concept of agribusiness*”, de John Davis e Ray Goldberg, sendo a obra pioneira dentre as pesquisas sobre o agronegócio⁴. Nesta obra, os autores argumentam que o agronegócio deve ser visto como um sistema integrado, destacando as mudanças tecnológicas e práticas para o aumento da produtividade agrícola, assim como as implicações sociais e econômicas a respeito da segurança alimentar e desenvolvimento rural.

O modelo hegemônico do agronegócio está associado ao uso intensivo de agrotóxicos, gerando impactos ambientais, perda da biodiversidade e, principalmente danos à saúde dos trabalhadores agrícolas. O agronegócio de exportação (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2017) e o aumento da produtividade agrícola têm sido responsáveis por diversos impactos socioambientais como a concentração de terras, renda e poder político em grandes produtores; desemprego; migração campo-cidade e o não atendimento às demandas de segurança e soberania alimentar dos países.

“[...] são produzidas mercadorias agrícolas que não são alimentos (caso dos biocombustíveis, como o etanol, ou a plantação de árvores para produção de celulose e uso em siderúrgicas etc.) ou são exportadas como *commodities* para os países mais ricos, como a soja, o milho.” (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2017)

⁴ Ver “A modernidade no campo e luta dos sem terra” de Bernardo Mançano (1989).

Além disso, o uso intensivo de agrotóxicos, marcante no processo de modernização agrícola tem afetado diretamente à saúde dos trabalhadores agrícolas e consumidores dos alimentos derivados de *commodities*.

Neste sentido, o agronegócio atua com uma lógica de expansão capitalista, baseada na produção em massa da produção agrícola e pecuária, ignorando a sustentabilidade e as classes sociais como os camponeses. A ideologia hegemônica busca a estabilidade e manutenção da ordem social já consolidada (Emely MELO, 2018). A palavra agronegócio começou a ser utilizada a partir da última década do século XX, como palavra unificadora de interesse de classes e grupos dominantes no campo (BRUNO, p.02, 2010).

Dentro dessa lógica, o agronegócio diz respeito à manufatura e comercialização de produtos agrícolas; o cultivo de lavouras e o seu armazenamento (MENDONÇA, 2013); com foco no mercado e na acumulação do capital contradiz o foco na segurança e soberania alimentar, apesar da narrativa de que o agronegócio acabará com a fome no mundo.

Com o apoio público de governantes e demais políticos, criaram-se vários programas voltados à implantação da tecnologia industrial na vida dos agricultores e agricultoras, como o Sistema de Extensão Rural, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) e a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Sistema ABCAR) (MACHADO & MACHADO FILHO, 2017).

Para Mônica Cox de B. Pereira (2012) o conhecimento milenar prático do próprio agricultor foi substituído pelo conhecimento científico; os ciclos ecológicos locais com base em recursos endógenos foram substituídos por insumos exógenos industriais; a concepção holística do todo “ser humano-natureza” cujo trabalho era realizado em convivência em conjunto com a diversidade da natureza, foi fragmentada em partes (PEREIRA, 2012, p. 12). A prática agroecológica é observada desde os primórdios da história da agricultura, sendo compreendida como expressão das agriculturas tradicionais. Pereira (2012) ressalta que:

“A agricultura tradicional de base camponesa é responsável pela conservação das condições de produtividade, a base dessa agricultura é sustentável, enquanto a agricultura de base industrial que usa o pacote da Revolução Verde, não conserva as condições de produtividade” (Pereira, 2012, pg.3).

Esse modelo de agricultura não é recente nas ciências geográficas, entretanto, traz novas proposições de análise:

“A agricultura familiar tem como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo” (FAO/INCRA, 1994).

A agricultura que tem como base o ecológico se baseia numa produção que se reproduz ao longo das gerações, na segurança alimentar, no manejo agroecológico a partir da agricultura familiar camponesa, bem como a conservação da natureza do lugar.

“O modelo de agricultura familiar poderia perfeitamente contemplar o apelo ecológico da atualidade, que se permite ao uso das tecnologias disponíveis, não descartando o molde desenvolvimentista do passado, contudo, prezando pela conservação e preservação do meio ambiente, buscando alternativas sustentáveis para o seu manejo, já que conta com um aparato legal nacional muito bem arquitetado, ainda que na prática, não suficientemente efetivado.” (SANTOS; SIQUEIRA; ARAÚJO. 2014)

Nas últimas décadas, a agricultura familiar enfrenta múltiplos desafios frente à expansão do agronegócio, incluindo a exposição indireta ou direta aos agrotóxicos, seja pelo contato com áreas próximas ou pelo uso compartilhado de insumos. Além disso, a agricultura familiar camponesa tem menor proteção social e acesso restrito a políticas públicas específicas para a segurança dos trabalhadores, o que aumenta a vulnerabilidade à intoxicação e outros riscos à saúde. Na tabela abaixo é possível analisar que a maior parte dos trabalhadores rurais tem entre 55 a 65 anos e se autodeclaram brancos, no quesito cor e raça.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários por agricultura familiar, idade e sexo do produtor, Brasil, 2017.

Classe de idade do produtor	Cor ou raça do produtor			
	Branca	Preta	Parda	Indígena
Menor de 25 anos	400.057	60.160	446.962	23.962
De 25 a menos de 35 anos	2.214.992	330.502	2.378.243	78.976
De 35 a menos de 45 anos	5.313.865	806.391	5.641.686	159.258
De 45 a menos de 55 anos	9.140.395	1.281.528	8.415.233	119.057
De 55 a menos de 65 anos	10.198.491	1.456.932	8.523.110	91.532
De 65 a menos de 75 anos	7.647.186	1.140.882	6.209.640	90.053
De 75 anos e mais	4.332.704	592.032	3.216.903	43.817
Fonte: Autoria própria com base no Censo Agropecuário 2017 do IBGE.				

Segundo o levantamento do último censo agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2017, no Brasil a agricultura familiar⁵ ocupa uma área de 80,9 milhões de hectares, o que representa 23,2% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. O Censo, realizado em mais de 5 milhões de propriedades rurais, aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como de agricultura familiar. De acordo com o censo agropecuário de 2017, as famílias no campo vêm envelhecendo sem a devida reposição de trabalhadores mais jovens. Em 11 anos, de 2006 a 2017, a agricultura familiar perdeu cerca de 2,2 milhões de postos de trabalho e 9,5% dos estabelecimentos. Ainda segundo estatística do IBGE, até 2017, o sistema de agricultura familiar empregava cerca de 10 milhões de pessoas, correspondendo a 6% do total de pessoas ocupadas na agropecuária, responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa.

As técnicas de cultivo agrícola nas terras de agricultura familiar estão entre o uso de agrotóxicos e a utilização da agricultura orgânica. Como pode ser observado nos gráficos abaixo, 67% dos produtores de agricultura familiar optaram pela não utilização dos agrotóxicos, enquanto 23% ainda investiu no uso. Já os estabelecimentos por uso de agricultura orgânica, possuem menos de 1%, para produção vegetal e animal.

De acordo com o último censo agropecuário do IBGE de 2017, representado pelos gráficos abaixo (gráfico 1), indica-se que 67% dos estabelecimentos agropecuários por agricultura familiar não utilizam agrotóxicos para o plantio das lavouras e 99% dos agricultores utilizam da agricultura orgânica (gráfico 2), correspondendo a 2,1 milhões de estabelecimentos.

⁵ A lei federal 11.326/2006 diz que para se classificar como agricultura familiar o estabelecimento deve ser de pequeno porte (até 4 módulos fiscais); ter metade da força de trabalho familiar; atividade agrícola no estabelecimento deve compor, no mínimo, metade da renda familiar e ter gestão estritamente familiar.

Gráfico 1 - Estabelecimentos agropecuários por utilização de agrotóxicos no Brasil em 2017

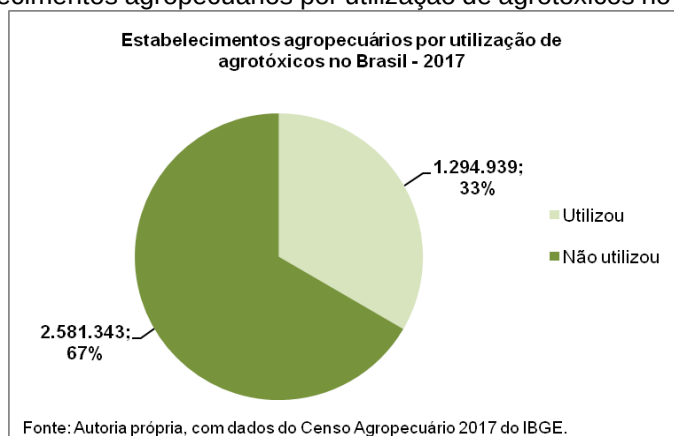
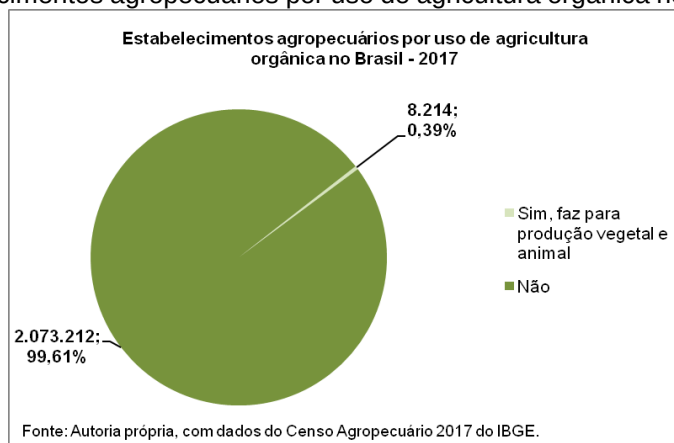


Gráfico 2 - Estabelecimentos agropecuários por uso de agricultura orgânica no Brasil em 2017



Mesmo que a produção orgânica de alimentos não tenha partido apenas no contexto da produção na agricultura familiar, esta contribuiu para as transformações em contraposição à problemática do agronegócio e a agricultura com base em insumos químicos contaminantes. A Agroecologia surge nesse cenário como uma alternativa, fundamentada em bases sociais, econômicas, ambientais e culturais. A tradição do cultivo nas terras do campesinato tem como base a história da agricultura que parte do uso e convivência com a natureza. O Ministério da Agricultura mostra que houve um aumento significativo tanto no número de produtores quanto no número de área plantada e nos rendimentos obtidos. Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) (2019), são aproximadamente 18 mil agricultores orgânicos cadastrados⁶, produzindo em uma área de aproximadamente 1,13 milhões de hectares em 2018.

⁶ Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

A modernização da agricultura trouxe alterações da forma de produção de trabalho, uso da terra, na dinâmica agrícola e populacional, afetando, neste processo, os sujeitos da produção agrícola em formas distintas, proporcionando melhorias para o agronegócio e desencadeando para agricultura familiar camponesa dificuldades de produção diante dos desafios do mercado:

“[...] a Agropecuária não é um setor que se desenvolve sem conflitos e traz em si uma disputa entre diferentes sujeitos que coloca de um lado o agronegócio, como uma modalidade ditada pelo capital e, de outro a agricultura familiar, que ainda resiste à completa entrega a esse modo de produção capitalista.” (MARQUES et al., 2011, p.1).

O agronegócio usa das suas estratégias de comunicação para convencer de que quanto mais produção mais se torna um setor dinâmico, moderno e importante para a economia. Porém com o uso de agrotóxicos, gera contaminações químicas e biológicas, destruição do solo, desmatamentos, queimadas, aumento da emissão de gases, efeito estufa, redução da biodiversidade, morte de rios e contaminação dos oceanos, além de causar mortes de pessoas decorrentes do seu uso. Impõe-se um padrão baseado no consumo alimentar não saudável, impactando e levando à expulsão de comunidades tradicionais, indígenas e agricultores familiares camponeses, para liberar espaço à expansão do modelo de agropecuária imposto pelo agronegócio.

O uso de agrotóxicos aumentou expressivamente nos últimos anos. O sistema capitalista transformou a alimentação numa forma de produção “latifúndio-monocultura” (BOMBARDI, 2012). Com essa produção em massa, alguns produtos que entraram na classificação de produção de energia como cana, milho e soja tornaram-se *commodities*. Atualmente a soja ocupa cerca de 44 milhões de hectares, o milho estimado em 21,97 milhões de hectares e a cana-de-açúcar com 9,75 milhões de hectares, de acordo com o levantamento de junho de 2023 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Com a expansão desses cultivos, o Brasil é o segundo maior exportador de soja e milho e o maior exportador de açúcar e álcool, aumentou muito o consumo de agrotóxicos no país. Como declara Bombardi (2012):

“Esta dimensão no consumo de agrotóxicos tem levado o país a uma epidemia silenciosa e violenta envolvendo camponeses, trabalhadores rurais, seus familiares e, também, a população urbana em geral, sobretudo aqueles que habitam áreas próximas às grandes produções agrícolas” (BOMBARDI, 2012)

O uso intensivo do agrotóxico tem provocado a morte de milhares de pessoas durante os últimos anos, por intoxicação. De acordo com o boletim epidemiológico de 2023, do Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, entre janeiro de 2013 e junho de 2022, foram notificados 124.295 casos de Intoxicação Exógena (IE) por agrotóxicos em todo o Brasil. Destes, 58.943 notificações foram de causas não intencionais, 27.904 IE por exposição aos agrotóxicos de uso agrícola e 20.709 das IEs ocorreram no sexo masculino.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) divulgou, em 2023, resultados do monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos. A avaliação abrange os ciclos de 2018/2019 e 2022 com alimentos coletados em todas as regiões do Brasil, avaliando a presença de resíduos agrotóxicos. Ao todo, foram monitorados 25 alimentos num total de 5.068 amostras (ANVISA, 2023). Os principais resultados do monitoramento se dão por risco agudo (risco de danos à saúde pelo consumo de uma grande porção do alimento contendo resíduo em um curto espaço de tempo) e risco crônico (possibilidade de danos à saúde decorrente do consumo por toda a vida). Nesta avaliação, as amostras mostraram que o risco agudo correspondia em 0,55% e 0,17% em 2018/2019 e 2022, respectivamente. As inconformidades indicam um sinal de erros no processo produtivo e na adoção de boas práticas agrícolas e são consideradas infrações sanitárias que representam risco principalmente à saúde dos agricultores, pela aplicação de agrotóxicos em desacordo com as recomendações de uso (ANVISA, 2023).

O caminho da soberania alimentar envolve o processo de reforma agrária, para que o modelo com base na monocultura possa ser superado, baseado em práticas vinculadas aos princípios agroecológicos. A reforma agrária busca combater a histórica concentração fundiária no Brasil, que marca a história da sociedade brasileira desde o processo de colonização portuguesa. No início da colonização, os portugueses adotaram o modo plantation para a exploração do território, formando monoculturas e a apropriação do trabalho escravo. O agricultor tinha direito de posse, mas quem tinha o domínio das terras era o Rei ou o Estado, resultando nisso, em grandes latifúndios ao lado de trabalhadores rurais sem acesso à terra.

A reforma agrária envolve um processo político, econômico e social visando a democratização da posse e do acesso à terra a trabalhadores sem-terra para garantir sua subsistência. Infelizmente, o modelo agrário no Brasil sempre foi marcado por violência, exploração do trabalho, escravidão e devastação ambiental. Apesar de

todas as barreiras e imposições, os trabalhadores familiares no Brasil resistiram, mesmo estando sempre em posição secundária no processo produtivo e subordinados à grande propriedade (MIRALHA, 2006). A produção familiar na época, mesmo tendo um pequeno lugar na sociedade em termos de visibilidade, enquanto grandes propriedades estavam preocupadas com o plantio da cana-de-açúcar para o mercado internacional, os agricultores familiares produziam alimentos como feijão, mandioca e milho.

O início do século XX no Brasil foi marcado pelo processo de industrialização, a fim de expandir o mercado de consumo interno para vender seus produtos. Porém a maior parte da população era derivada do cultivo da monocultura do café e eram trabalhadores de propriedade privada, não fazendo o consumo dos produtos industriais, fazendo com que isso tenha em vista uma nova porta de entrada para a reforma agrária, chocando os interesses industriais com os interesses dos fazendeiros. Diante disso, ocorreu uma oportunidade de reforma agrária para o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, pois a democratização do acesso à terra reduz a economia capitalista (MIRALHA, 2006), tornando assim os trabalhadores rurais em consumidores dos produtos industriais. Porém, a economia do Brasil no momento, era a comandada pelo café, gerando uma crise em 1929 com a queda do preço do café, perpetrando diante disso, em 1930, uma economia voltada para a indústria, fazendo a burguesia industrial ter o comando da economia brasileira.

Após o início da industrialização do Brasil, o espaço rural passou a contemplar inovações tecnológicas:

“O padrão de expansão agrícola brasileira conjuga de forma original a expansão da pequena produção, e portanto um caminho distributivo, que permanentemente é quebrado pelo latifúndio que volta a afirmar um caminho concentracionista de organização fundiária” (SORJ, 1986, p. 20).

No início da década de 1960, começaram a surgir as militâncias políticas de trabalhadores rurais e de movimentos sociais, como as Ligas Camponesas do Nordeste (MIRALHA, 2006), contestando a desigualdade social e a concentração fundiária no Brasil, dando o principal momento histórico na reforma agrária no país. Contudo, isso foi sabotado pelo golpe de estado, no qual o poder político da velha oligarquia rural manteve inalterada a estrutura fundiária no Brasil. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Comissão Pastoral da Terra (CPT); o

Partido dos Trabalhadores (PT); e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) foram os primeiros grupos de pressão a favor da reforma agrária no final da ditadura militar. Todavia, em todos os momentos de oportunidade para uma reforma, os interesses particulares dos grandes proprietários intervieram na sua realização.

“Configura-se a criação de obstáculos jurídicos e administrativos que apontavam para uma paralisia não apenas política, mais também jurídica e institucional dos programas de implementação de assentamentos rurais que, ainda que muito lenta e parcialmente, vinham sendo implementados nos anos 80” (BERGAMASCO; NORDER, 1999, pp.33-34).

Da maneira que os movimentos sociais de luta por terra pressionaram o governo para acelerar o processo, com a ocupação de fazendas e toda a repercussão midiática, o presidente do Brasil na época, Fernando Henrique Cardoso, acelerou o processo de desapropriação e assentamento de famílias nas terras rurais, tendo de alguma forma uma conquista dos direitos de reforma agrária. Por outro lado, FHC criou medida provisória (medida provisória no 2.183-56, 2001), que tinha como objetivo punir agricultores sem terra, não permitindo a ocupação de terras, criminalizando os movimentos sociais. Contudo, a reforma agrária contribui no sentido econômico, pois se a agricultura familiar tiver incentivos do Estado, o mercado interno terá alimentos de baixos custos, garantindo a inclusão econômica e social e a soberania alimentar de milhares de famílias.

1.3 AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA AGROECOLÓGICA

A maioria dos alimentos que servem as mesas das famílias brasileiras chegam através da agricultura familiar camponesa, produtos como arroz, feijão, milho, mandioca, frutas e verduras. A agricultura familiar agroecológica busca garantir uma produção diversificada, saudável, livre de agrotóxicos e fertilizantes químicos, tornando-a mais produtiva com base na natureza. Os reais benefícios para buscar os alimentos agroecológicos são uma produção dos alimentos limpos que contribuem para uma vida saudável, sem consumir alimentos contaminados de produtos químicos prejudiciais à saúde e à natureza.

As famílias produtoras de alimentos agroecológicos oferecem maiores vantagens seguras em relação a seus produtos: frutas, verduras e hortaliças frescas

sem aditivos químicos (venenos) na sua composição. Além disso, há uma preocupação em relação à natureza, como por exemplo, a degradação de solos e poluição das águas em decorrência dos agrotóxicos. Por isso, tornou-se uma maneira de solucionar a fome no mundo, além de contribuir para saúde e conservação do meio ambiente, e contribuir para evitar as causas das mudanças climáticas e da desigualdade social.

A atuação da mulher camponesa é histórica. Em todos os continentes do mundo há presença da mulher no campo tanto na produção quanto na preparação dos alimentos e cuidados com a natureza. É importante destacar o papel das mulheres no campo, principalmente nos movimentos sociais na ocupação de terra, no cuidado com a alimentação, e na divisão das tarefas agrícolas e caseiras entre homens e mulheres. É importante destacar que o patriarcado se manifesta em políticas concretas (terra, crédito, assistência técnica), assim Emma Siliprandi (2015) reflete que as políticas devem ser diferenciadas em questões de gênero, raça, classe social, fundamentando que:

“é fundamental ter em conta [...] a existência de uma base patriarcal de paradigmas, modelos, processos, políticas e projetos, que precisam ser entendidos e desmontados em seus argumentos e lógicas. Deve ter-se em conta de que modo se excluem as preocupações, as prioridades e as percepções femininas, na hora de definir a economia, os problemas econômicos, e de propor soluções e colocá-las em prática” (Shiva, 2006, p. 159).

Maria Emília Lisboa Pacheco, foi a primeira autora a referir sobre o envolvimento das mulheres nas lutas da construção da Agroecologia, durante a década de 1980 e 1990 e como as mulheres estavam ganhando espaço no cenário na discussão sobre agricultura. Ela reflete que embora as mulheres tivessem um papel fundamental nas atividades de agricultura familiar, como preparo e cultivo do solo, colheita, criação de animais etc. seu papel principal, de acordo com o patriarcado, seria de cuidar da “casa” como papel de esposa e mãe (PACHECO, 2002).

A questão do empoderamento feminino na agricultura se constitui como produtoras de bens e portadoras da lógica da não destruição ao meio ambiente, como retrata Maria Emília Lisboa Pacheco (2002):

“Há elos a estabelecer entre os debates sobre sustentabilidade e as relações sociais de gênero. Ambas as noções colocam-se contra uma visão produtivista e economicista. Por um lado, a noção de sustentabilidade remete ao campo das lutas sociais, de novas relações entre sociedade e natureza, numa

perspectiva democrática, para a contestação da exploração de classe e da injustiça social e ambiental. Por outro lado, a crítica ao paradigma dominante da economia, feita pelo pensamento feminista, quer insistir na perspectiva segundo a qual um exame do desenvolvimento sustentável deve levar em conta as dimensões sociais e de gênero, e integrar nesse conceito uma distribuição justa dos recursos materiais, conhecimentos e poder, um sistema de valoração econômica adequado e a sustentabilidade do meio ambiente” (Pacheco, 2002, p. 08).

Além disso, as mulheres adquiriram um vasto saber dos sistemas agroecológicos (PACHECO, 2002), sendo protagonistas da conservação da biodiversidade e assegurando os meios de produtividade para a segurança alimentar:

“[...] Esse papel é tão mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da biodiversidade constituem-se como pontos-chave para a agroecologia e o protagonismo... defesa da agricultura e do agroextrativismo familiar, bem como, simultaneamente, que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural” (Pacheco, 2002, p.20)

As mulheres trabalhadoras rurais estão presentes nas lutas sociais camponesas (SILIPRANDI, 2015), desempenhando papéis importantes na luta pela terra e direitos dos agricultores/as, como por exemplo Elizabeth Teixeira (Figura 2) que foi uma das mulheres a liderar a Liga Camponesa⁷, sendo símbolo de resistência e força para a trajetória de milhares de camponeses e camponesas do país.

⁷ Para conhecer mais: <https://www.brasildefatopb.com.br/2023/02/13/98-anos-de-elizabeth-teixeira-uma-mulher-marcada-para-viver>

Figura 2 - Homenagem do artista Chico Shiko à Elizabeth Teixeira



Fonte: Chico Shiko, 2018.

As mulheres tentaram conquistar seu espaço na agricultura por décadas. Enfrentaram diversos desafios e ainda continuam lutando para não perder os seus direitos conquistados. Em 1984, criou-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) ⁸, no Sertão de Pernambuco, se constituindo na organização das mulheres. Esse movimento tem como objetivo fortalecer os núcleos de base por meio da formação política de mulheres rurais, promovendo a resistência na luta coletiva e empoderamento.

Outro movimento que pode ser citado é o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), com a missão de libertar as mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação, violência nas casas e na luta pelo espaço social no campo. O objetivo de todos esses movimentos é justamente buscar o espaço rural para as mulheres agricultoras, no enfrentamento da opressão de gênero onde o papel da mulher era visto apenas como esposa, mãe e cuidadora do lar, construindo-se enquanto mulher e enquanto camponesa, enquanto sujeito político⁹.

⁸ Ver <https://www.facebook.com/mmtrpe/>; @mmtr_pe

⁹ Consultar reflexões de Emma Siliprandi (2015).

Outro ponto importante é sobre as mulheres e a riqueza do agronegócio. A autora Christiane Campos (2011), em seu livro *“A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio”*, no capítulo I *“Contribuições da “lente” de gênero para mirar a realidade social”* analisa como as mulheres são invisibilizadas e enfrentam dificuldades pela desigualdade econômica, social e de gênero: “O conceito de gênero surge exatamente para romper o determinismo biológico como suporte da opressão feminina, que está presente tanto no senso comum quanto nas argumentações “científicas”” (CAMPOS, 2011).

A realidade das trabalhadoras são lutas diárias e o crescimento do agronegócio não se traduz em benefício para todas as camadas da população diante das dinâmicas de gênero e classe. A face feminina da pobreza é explorada em múltiplas dimensões, revelando um quadro complexo e desafiado, conforme Campos (2011):

“Uma contribuição importante do conceito de gênero para os movimentos feministas vinculados às organizações de trabalhadores é revelar a fragilidade do argumento, que durante muito tempo foi usado pelas entidades e partidos de esquerda, de que a luta pela transformação social, entendida como geral, deve ter prioridade sobre as lutas específicas, como as das mulheres” (CAMPOS, 2011).

A experiência das mulheres camponesas revela que a Agroecologia não se limita a técnicas agrícolas, mas é atravessada por disputas de gênero, poder e território. Como destaca Maria Emília Lisboa Pacheco (2002), é preciso superar uma visão “sustentável” despolitizada, e adotar um enfoque crítico que considere a distribuição justa de recursos, a valorização dos saberes femininos e a construção coletiva da soberania alimentar.

Portanto, a agricultura familiar camponesa agroecológica representa uma alternativa concreta e transformadora frente às crises alimentares, climáticas e sociais contemporâneas. Ao contrário do discurso técnico e mercantil do agronegócio, ela afirma a vida, os territórios e a pluralidade dos modos de existência.

2. SEGURANÇA ALIMENTAR

Da invisibilidade, por ser considerado um tema perigoso, ao reconhecimento da fome como um problema de ordem política e social. (CASTRO, 2003)

Josué de Castro¹⁰ afirmava que a fome era uma questão política e social, decorrente da ação humana, agregada a desigualdades sociais. Para analisar a fome no contexto social é imprescindível levantar o questionamento sobre o desenvolvimento e seus efeitos em países periféricos. Mesmo após a independência, o Brasil continuou no processo de colonização, marcada pela dependência política econômica da Europa (SILVA, 2020). Nesse contexto, o colonialismo oferecia a propriedade latifundiária vantagens, trazendo miséria, fome e pobreza para o país (CASTRO, 1984). As questões sociais e econômicas ainda hoje interferem na reprodução da estrutura econômica nas regiões mais pobres, inclusive no Nordeste.

Maria Zênia Tavares Silva, em seu artigo “*A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome*” fala que o capitalismo e seus processos de globalização, incide nos processos econômicos. A segurança alimentar é uma alternativa no combate à fome.

Proposta na 1ª Conferência Nacional de Alimentação em 1986, a segurança alimentar possui duas dimensões: alimentar e nutricional. A dimensão alimentar remete a produção e acesso ao alimento. Já a dimensão nutricional tem referência a escolha, consumo, preparação das refeições e relação com saúde.

A segurança alimentar e nutricional entra no contexto do acesso à alimentos para a inibição da fome. Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, 15 de setembro de 2006) foi instituída pelo Sistema Nacional de Segurança alimentar e Nutricional (SISAN) onde define a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Interpreta-se o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, fundamentado em práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem o meio ambiente e a diversidade cultural.

O conceito de segurança alimentar está relacionado à autossuficiência alimentar e nutricional, autonomia e garantia de produzir sua própria alimentação evitando a vulnerabilidade social. O aumento da produção resolveria a escassez de

¹⁰ Ver Josué de Castro, Geografia da Fome.

alimentos, visto que, produzindo em uma maior escala, aumentaria a segurança alimentar da população, “entre estratégias [...] foram criadas várias organizações e firmados acordos internacionais, onde eram discutidos temas como comércio internacional, desenvolvimento da agricultura, ajuda humanitária, entre outros” (SILVA, 2020).

O tema da segurança alimentar se consolidou em 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), que tem como prioridade o combate à fome e à insegurança alimentar. Em 1974, a FAO estabeleceu que a segurança alimentar só seria alcançada com a garantia de suprimento alimentar adequado a nível mundial (SILVA, 2020), tornando necessário o aumento da produção e da oferta de alimentos. Ao conceito de soberania alimentar está relacionado a produtividade e disponibilidade nos interesses dos mercados industriais e agropecuários.

É importante o fortalecimento da agricultura familiar camponesa para as questões nutricionais da segurança alimentar. O conceito da segurança alimentar e nutricional envolve a qualidade dos alimentos, as condições ambientais de produção e a qualidade de vida das pessoas, promovendo práticas saudáveis e desenvolvidas. A política estratégica da segurança alimentar e nutricional está diretamente ligada ao acesso universal da alimentação para a erradicação da fome no mundo e as políticas sociais de assistência à população.

2.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR

Mesmo intitulado de independência do Brasil em 1822, o colonialismo favoreceu a concentração de propriedade fundiária, a expropriação de terras dos povos nativos, a destruição da cultura indígena, trazendo como resultado miséria, pobreza e fome no país (CASTRO, 1984). Maria Silva (2020) associa a má nutrição e a fome como resultantes de políticas vigentes, possíveis de serem extintas, uma vez que refletem negativamente na sociedade. A questão social na análise da fome é imprescindível ao abordar o modelo de desenvolvimento. Dessa forma, salienta Silva:

“[...] a fome é uma mazela, produto de relações sociais da exploração capitalista e de dominação econômica e política, de classe, gênero, racial/étnica, segundo os países, com fatores de diferenciação e hierarquização do poder geopolítico entre nações, mediante as relações de

dominação internacionais de comércio, de intercâmbio e distribuição” (SILVA, 2020)

Josué de Castro argumenta que a fome é consequência do seu passado histórico. Retrata a fome como uma questão política e social, decorrente da ação humana, agregada à miséria e às desigualdades sociais, como expõe em seu livro *Geografia da Fome*.

A pesquisa “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, retratou que a situação de insegurança alimentar e fome no Brasil retrocedeu aos patamares de 2004. Em 2022, a nova edição da pesquisa, desenvolvida pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), mostra que a insegurança alimentar se tornou ainda mais presente entre as famílias brasileiras. (PENSSAN, 2021, 2022).

A insegurança alimentar no Brasil está condicionada a questão da desnutrição pela baixa oferta de alimentos no mínimo essenciais, fator que depende da distribuição, acesso e altos preços dos alimentos. De acordo com a FAO em 2023, segundo o relatório “*O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo*” revelou-se que no Brasil existem 70 milhões de pessoas que passam por situação de fome e insegurança alimentar.

O Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial (SOFI 2024), no Rio de Janeiro, mostra que a insegurança alimentar severa no Brasil caiu 85% em 2023. Isso diz que 14,7 milhões de pessoas deixaram de passar fome no país, já que em 2022 atingia 17,2 milhões de brasileiros, reduzindo-se para 2,5 milhões. A metodologia da FAO apresenta a insegurança alimentar severa quando a pessoa está sem acesso total a alimentos, passando um dia ou mais sem comer. O relatório ressalta que as mudanças climáticas, bem como os conflitos armados explicam o fato da insegurança alimentar. Como afirma Maria Zênia Tavares Silva:

“As condições ambientais desfavoráveis e do clima, com relação a plantação e produção, repercutem-se na vida rural, econômica-produtiva, social e familiar. É comum em regiões onde a chuva é escassa e a seca é persistente (realidade do semiárido do Nordeste do Brasil), ocorrer êxodo rural, o que diminui a presença de agricultores/as no campo” (SILVA, 2020).

O Brasil como 6º país mais populoso do mundo e com uma das maiores economias, enfrenta desafios preocupantes em relação à fome e má nutrição, especialmente em grupos vulneráveis como populações rurais, povos indígenas e comunidades de baixa renda. De acordo com o relatório, a maior causa da desnutrição no Brasil é a falta de acesso adequado à alimentação, mesmo o país sendo um dos maiores produtores mundiais de alimentos, além da grande exportação destes.

A desigualdade social e econômica entra como um dos maiores fatores para esta disparidade, apresentando um papel crucial na segurança alimentar brasileira. O relatório destaca a necessidade de políticas públicas que intervenham, além de programas de proteção social para reduzir as desigualdades. Os dados fazem parte de um estudo global da FAO em conjunto com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Programa Mundial de Alimentos (WFP).

2.2 SOBERANIA ALIMENTAR

O termo Soberania Alimentar foi definido durante o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizado em Cuba, pela Via Campesina e tem conceito referenciado no direito ao acesso a alimentos saudáveis, sustentáveis e de boa qualidade, diante da identidade cultural de cada povo. Com o fenômeno da globalização e o aumento da indústria de alimentos e do agronegócio, a população passou a consumir mais os alimentos ultraprocessados, que são aqueles que passam por muitas alterações químicas e genéticas, sendo nutricionalmente pobres. Com isso, foram afetados camponeses, agricultores familiares, povos indígenas, que tiveram sua economia enfraquecida. A partir disso, tornou-se importante a discussão sobre soberania alimentar, bem como debates pelo direito à alimentação e pelo desenvolvimento rural econômico.

Contudo, o modelo de produção agrícola das grandes indústrias tem provocado grande degradação ambiental como a destruição da biodiversidade, esgotamento dos fatores de produção, além de povos tradicionais duramente afetados. De acordo com a FAO (2019), 66% da produção agrícola é suprida pelo cultivo de apenas nove espécies de plantas: “das cerca de 6 mil espécies de plantas cultivadas para alimentação, menos de 200 contribuem substancialmente para a produção global de

alimentos, e apenas nove respondem por 66% da produção agrícola total” (FAO, 2019).

Em contrapartida, a forma do agronegócio relacionado às atividades agropecuárias atua em escala mundial determinando onde deve ser produzido e comercializado os produtos (CAMPOS, 2007). Desta forma, traz a ideia de que quanto mais cresce o agronegócio, mais alimenta o povo, porém existe um paradoxo, mostrando que, se assim fosse, o Brasil, como um dos maiores exportadores de alimentos, não teria milhões de pessoas em situação de fome e insegurança alimentar.

A expansão do agronegócio contrapõe a soberania alimentar, visto que o agronegócio tem uma ideologia latifundiária de agricultura capitalista, no sentido de mais importação, aumento da economia e alta insegurança alimentar no seu país de origem:

“[...] trata-se de uma nova forma de territorialização do capital no campo, forjada num contexto de políticas neoliberais e de intensificação dos processos de concentração e centralização do capital em múltiplas escalas, especialmente mundial” (CAMPOS, 2007).

A soberania alimentar é concretizada quando os diversos povos têm acesso a alimentação de qualidade, com a liberdade de poder escolher como e para quem produz e consome, tornando capaz a sociedade de produzir seu próprio alimento. Destarte, muitos debates em vista da noção dos problemas alimentares. Importa para a soberania e segurança alimentar as condições de trabalho dos agricultores familiares e camponeses, o que reflete na produção de alimentos de qualidade e adequados à cultura local, assim como, estratégias sociais, econômicas e ambientais sustentáveis. Remete ainda à conservação das sementes crioulas e biodiversidade agrícola, valorizando a cultura e hábitos alimentares de diversas populações. Os movimentos liderados pela Via Campesina, propõem o conceito de soberania alimentar como:

“O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada à satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais [...]”

(Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, citada por Campos, 2007)

A Agroecologia advém de práticas baseadas na conservação ambiental, na economia familiar, na biodiversidade e nos fatores socioculturais tradicionais das comunidades. Ações voltadas para o incentivo da agricultura familiar camponesa e produção indígena e quilombolas devem ganhar espaço no cenário das políticas públicas, garantindo assim garantindo a autonomia familiar e contribuindo para o abastecimento regional dos alimentos. Como diz Altieri (2012) em *Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar*:

“A produtividade e sustentabilidade de agroecossistemas podem ser otimizadas com métodos agroecológicos e, desta maneira, podem formar a base da soberania alimentar, definida como o direito da cada nação ou região a manter e desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente.” (ALTIERI, 2012, p. 03)

Em 2007, durante o Fórum Mundial de Soberania Alimentar, o conceito foi reafirmado:

“A soberania alimentar é o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aqueles que produzem, distribui e consome alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de defender os interesses e incluir as futuras gerações” (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007).

A Via Campesina diz que a soberania alimentar é a alternativa viável para acabar com a fome e a insegurança alimentar no mundo. A concepção adotada sobre soberania alimentar prioriza a produção agrícola local, mostrando a necessidade de reforma agrária e da luta contra os organismos geneticamente modificados para garantir o livre acesso às sementes e a conservação das águas, além do direito dos camponeses cultivarem os alimentos e do direito do consumidor decidir sobre o que consome; da participação dos povos nas políticas agrárias e do reconhecimento das mulheres camponesas que desempenham papel essencial na produção agrícola e na alimentação (VIA CAMPESINA, 2003):

“Portanto, a soberania alimentar é entendida como o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidades dos modos camponeses” (SILVA, 2020).

O acesso a um alimento saudável e de boa qualidade é direito dos povos. Todas as pessoas devem ter esse direito, sobrepondo-se aos fatores políticos, econômicos e culturais que impeçam sua realização.

As experiências das mulheres no campo têm sido ameaçadas pela expansão econômica e pelo capitalismo (ESMERALDO, 2017). No artigo de Gema Esmeraldo et. al. sobre “Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e re(existência) para a vida planetária”, ela analisa o papel fundamental das mulheres na agricultura familiar enfatizando o conhecimento ancestral e as práticas de cultivo que promovem a biodiversidade e a segurança alimentar. Esmeraldo discute como os quintais se tornam espaços de cuidado, reforçando a importância da resistência diante das crises ambientais e sociais:

“São saberes que possuem um caráter vital, diretamente relacionado à reprodução das diferentes espécies da natureza, não apenas humanas, mas animais, vegetais e minerais, que fortalecem a biodiversidade. Para além, seguem na dinâmica de fortalecimento e afirmação da mulher camponesa como sujeito político e social que questiona o domínio do mercado por meio das relações sociais e de autoconsumo fora da lógica monetária” (ESMERALDO, 2017, p. 318).

As experiências das mulheres camponesas não apenas mantêm tradições, como inovam e se adaptam, oferecendo uma perspectiva que pode servir de inspiração para outras comunidades. Os quintais, no texto de Gema Esmeraldo, significam elementos de ruptura com a lógica neutralizadora de saberes do sistema hegemônico (ESMERALDO, 2017). São apresentados como locais que vão além da mera produção agrícola. Eles funcionam como microcosmos de vida, onde não cultivam apenas alimentos, mas também relações culturais e sociais. A diversidade das plantas nos quintais contribui para a segurança e soberania alimentar das famílias.

“[...] As mulheres têm construído uma experiência produtiva a partir do sistema agroalimentar que não está limitada à dimensão econômica capitalista, mas a outra racionalidade que integra dimensões como afetividade, sociabilidade, humanidade, economia não capitalista, dimensão física e intelectual” (ESMERALDO, 2017, p. 317).

A autora discute como as mulheres camponesas exercem formas de resistência às pressões econômicas e ambientais, criando estratégias de subsistências que desafiam modelos de produção industrial. Destaca:

“As noções de progresso e desenvolvimento têm em suas bases a dominação da natureza sem limites de controle sobre o avanço produtivo aos bens naturais e a submissão das mulheres camponesas, dentre outros sujeitos sociais” (ESMERALDO, 2017).

Por fim, o artigo traz à luz a contribuição essencial das mulheres camponesas na promoção de práticas agrícolas agroecológicas, destacando sua importância para a saúde do planeta e a soberania alimentar das famílias.

3. A AGROECOLOGIA PODE ALIMENTAR O MUNDO!

O espectro da fome, cada vez mais assustador no Brasil, assombra o mundo todo. O modelo agrícola atual é, além de devastador, vulnerável. Opção agroecológica é real – mas requer políticas públicas. Como promover a mudança de paradigma? (ASPTA, 2021.)

3.1 DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA O CULTIVO AGROECOLÓGICO

A diversidade nas formas de cultivos tanto convencional quanto industrial tem proporcionado aumentos significativos de produtividade. A degradação dos recursos naturais, contaminação de alimentos e natureza por usos de agrotóxicos (inseticidas, herbicidas, fungicidas) e fertilizantes químicos que impactam negativamente a saúde de agricultores e consumidores, diminuição da biodiversidade, perda das técnicas e saberes tradicionais, bem como o aumento do êxodo rural (SARANDON, 2009), têm impactado severamente o meio ambiente, pois estão associados a problemas ecológicos e socioambientais.

Esses problemas vêm aumentando desde a modernização da agricultura, com diversas crises ambientais, alimentar, econômica, climática e social, mesmo considerando as alternativas agrícolas à convencional como potencial para contribuir no enfrentamento desses desafios. A segurança alimentar e a conservação da natureza estão ligadas a Agroecologia e a Agricultura Orgânica e ambas remetem à ecologia como proposta tecnológica contra os impactos, sustentando paradigmas e princípios diferenciados. Pereira (2016) entende a Agroecologia como um paradigma emergente, que se estrutura na medida que há o embate com o paradigma dominante, que neste caso é o modelo agroquímico. De acordo com Altieri (1989) a Agroecologia privilegia as dimensões agronômicas e ecológicas e em seguida as dimensões sociológicas e políticas. O autor compreende a Agroecologia como processo de transição para a sustentabilidade.

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são um modelo agroecológico como alternativa para a diversificação dos sistemas agrícolas¹¹. Consideramos o sistema agroflorestal a partir dos princípios da Agroecologia, compreendendo-se como SAFs os modelos de sistemas agrícolas que incluam o uso de plantas arbóreas, arbustivas

¹¹ O NEPPAG/UFPE coordenado pela Profa Monica Cox, desde 2022 retomou a prática do sistema agroflorestal como laboratório pedagógico no Neppag, para as aulas de Agroecologia e para atividades com a comunidade acadêmica e sociedade em geral (ver Joanna Amarante TCC/Geografia/UFPE, 2024).

e herbáceas, com ou sem presença animal, mas obrigatoriamente associadas às espécies florestais. Eles tornam-se economicamente viáveis para os pequenos agricultores. Os SAFs recuperam ambientes com sistemas produtivos baseados na sucessão ecológica, onde as árvores contribuem com culturas agrícolas para sua restauração (Figura 3). Diante disso, as estratégias de recuperação ambiental, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), seguem algumas orientações:: são permitidos em Área de Reserva Legal (ARL), Áreas de Preservação Permanentes (APPs), áreas de pequenas propriedades rurais ou posse rural familiar com declividade entre 25° e 45° e áreas consolidadas. O plantio das espécies exóticas com espécies nativas de ocorrência regional não pode ultrapassar 50% da área total a ser recuperada. Visto como princípio básico a proteção e cobertura dos solos, sem utilização de agrotóxicos, a partir da sucessão ecológica ao longo do tempo e manejo da estratificação na dinâmica de uma floresta, utilizando espécies de curto prazo (hortaliças), médio prazo (banana, abacaxi) e de longo prazo (café, frutíferas, árvores madeireiras), trazendo alta diversidade de espécies.

Figura 3 - Fluxograma dos Sistemas Agroflorestais (SAFs)



Fonte: Autoria Própria, 2024.

A recuperação de áreas de declive utilizando sistemas agroflorestais é uma estratégia sustentável que combina o cultivo de árvores, arbustos e plantas agrícolas em uma mesma área (Figura 4). Essa abordagem oferece diversos benefícios para a recuperação ambiental e a produtividade agrícola. Como mostra na figura abaixo o

sistema convencional prioriza a plantação de uma única espécie plantada na área, no caso, o eucalipto.

Figura 4 - Exemplo de Sistema Agroflorestal em área de declive em sítio de agricultor (ao fundo eucalipto plantado pela fazenda vizinha pertencente a Usina Petribu)



Fonte: Autoria própria, 2022, em Lagoa do Itaenga, Comunidade Imbé e Marreco.¹²

Por fim, a produção no sistema agroflorestal oferece diversidade e qualidade, o fortalecimento de sementes, mudas e enriquecimento do sistema agrícola interligado ao ecossistema, principalmente a partir dos camponeses, contribuindo também para maior soberania alimentar da população que consome alimentos saudáveis em uma produção diversificada (Figura 5).

¹² Aula de campo em abril de 2022, na disciplina de Agroecologia, no 7º período pela Profa. Mônica Cox.

Figura 5 - Cultivos de hortaliças do Sistema Agroflorestal em Lagoa de Itaenga, de camponeses/as da Associação de Produtores e Moradores Agroecológicos do Imbé, Marreco e Sítios Vizinhos (ASSIM)¹³.



Fonte: Autoria própria, 2022.¹⁴

As imagens acima retratam exemplos de Sistemas Agroflorestais desenvolvidos na região em Lagoa do Itaenga, em áreas de declive e sob manejo de agricultores locais. A organização de diferentes cultivos em canteiros (figura 4), integrados à paisagem ao fundo de plantações de eucalipto, remete a luta para salvar um solo que um dia foi explorado por plantações que o deixam inférteis para cultivos ecológicos. Já na figura 5, a evidência da diversidade produtiva das hortaliças cultivadas por camponeses e camponesas da Associação, ressalta práticas agrícolas ecológicas que combinam alimentos frescos, diversidade de espécies e conservação ambiental. Assim, ambas as figuras reforçam a importância dos Sistemas Agroflorestais como alternativa para a recuperação de áreas degradadas, valorização

¹³ Aula de campo em abril de 2022, na disciplina de Agroecologia, no 7º período ministrada pela Profa. Mônica Cox.

¹⁴ Aula de campo em abril de 2022, na disciplina de Agroecologia, no 7º período ministrada pela Profa. Mônica Cox.

do trabalho camponês e fortalecimento da segurança alimentar, demonstrando que é possível aliar produção de alimentos à conservação da natureza.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DA SEGURANÇA ALIMENTAR

O Brasil é um dos países com maior índice de fome no mundo atual (CASTRO, 1984). De acordo com o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), está em organização, em conjunto com mais 23 ministérios, o programa *Plano Brasil sem Fome*, construído com o objetivo de tirar o Brasil do Mapa da Fome. Programas como Fome Zero (2003) e Brasil Sem Miséria (2011) entram para a lista de políticas públicas na aposta de mudar o cenário brasileiro da fome.

Este programa consiste em eixos e metas: reduzir a insegurança alimentar e nutricional, reduzir a extrema pobreza e pobreza, com inclusão socioeconômica; acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania.

Além deste, o governo federal dispõe do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa no qual o governo adquire e doa alimentos produzidos exclusivamente por agricultura familiar para a população em situação de insegurança alimentar e nutricional, rede socioassistencial, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e para constituir estoques, garantindo um preço mais justo a ser pago aos produtores (MAPA)¹⁵.

As reflexões e debates em relação ao direito à alimentação contribuíram para formulação de políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os programas vêm com o objetivo de incentivar a produção proveniente da agricultura familiar e camponesa.

O PAA é um programa de segurança alimentar e nutricional instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696/2003, alterado pela Lei nº 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775/2012. O programa fortalece a agricultura familiar, gerando empregos, renda e desenvolvimento da economia local, além de promover o acesso aos alimentos, contribuindo para reduzir a Insegurança Alimentar e Nutricional

¹⁵ PAA (MAPA): <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/mapa-do-leite/temas-estruturantes/precos-e-contratos/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>

(INSAN). O PRONAF visa fortalecer a agricultura familiar por meio de apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural. O PNAE determina que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam destinados à alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar.

A importância das políticas públicas na oferta de alimentos de qualidade via agricultores familiares representa um grande passo na esperança de solucionar o problema da fome e da insegurança alimentar, principalmente no período pós-pandêmico da Covid-19, no qual muitas pessoas perderam sua forma de sustento, passando a viver em situação de rua.

Vale destacar também a importância da sociedade civil e dos movimentos sociais na aplicação das políticas públicas. A FAO cita que essa participação foi fundamental para que o Brasil avançasse nas políticas concretas de enfrentamento a fome. De acordo com o secretário-geral da ONU, até 2030, é esperado que o Brasil melhore os caminhos nutricionais da população, garantindo a melhoria da saúde e longevidade saudável¹⁶.

A agricultura familiar camponesa no Brasil é de extrema importância, uma vez que os alimentos que chegam à nossa mesa vêm grande parte dela. Com a Agroecologia é possível que toda forma de cultivo administrada em família, torne-se num modo de produção limpo, sano, a conservação da natureza. O cultivo agroecológico diante da percepção de soberania alimentar contribui para a melhor distribuição de alimentos, uma vez que, destarte os problemas relacionados com a modernização da agricultura como exemplo a degradação dos solos e águas em consequência da utilização de agrotóxicos, são utilizados sistemas agroecológicos, valorizando os sistemas agroflorestais para o plantio diversificado gerando estabilidade para os camponeses e segurança para quem consome os alimentos de base agroecológica.

Os problemas acerca da insegurança alimentar no Brasil acontecem grande parte em decorrência do agronegócio, que se refere à produção de *commodities* que não alimentam a população, gerando uma alta na economia e em consequência

¹⁶ Notícia: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023#>

ocasiona uma enorme desigualdade socioeconômica e nutricional. “*O agro sustenta o Brasil, mas não se sustenta*” (MITIDIEIRO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, pg. 34).

As políticas públicas são de suma importância para a soberania alimentar no país, além de contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar, que sofre com o investimento do agronegócio em relação às suas propriedades rurais.

A soberania alimentar é um direito de todos, assim como também o consumo de alimentos saudáveis, sem utilização de insumos que causam problemas à saúde. Josué de Castro (1998) assim sinaliza: “A vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração — como um símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento.”

Neste trabalho, é perceptível a luta de décadas para alcançar a segurança e soberania alimentar da população. Diante de tantos acontecimentos históricos, pode-se observar que a Agroecologia obteve espaço na busca pela conservação da natureza e alimentar dos povos, indo em contrapartida ao agronegócio que não traz a soberania e segurança alimentar por se tratar de um sistema capitalista. Agroecologia alimenta o mundo!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação com agrotóxicos é vista como um grande problema na agricultura, a qual acarreta consequências graves tanto nas plantações, quanto no solo, água, ar, quanto nas pessoas. A maior problemática surge a partir do pós Segunda Guerra Mundial com o pacote tecnológico da Revolução Verde, que trazia o discurso de acabar com a fome no mundo por meio da modernização da agricultura, porém isso não ocorreu.

O agronegócio entra em choque com a Agroecologia, com princípios e práticas totalmente contrárias ao seu paradigma, visto que este sistema capitalista não combate a fome, mas visa apenas a lucratividade e o foco na economia do país. A exportação de commodities como a soja não trazem benefícios para a soberania e segurança alimentar e nutricional, mas sim afeta o desenvolvimento socioeconômico da população e causa graves doenças com o uso intensivo de agrotóxicos nas plantações e no consumo de produtos derivados de suas sementes de base industrial.

A Agroecologia tem papel fundamental dentro da agricultura familiar camponesa por possuir práticas ecológicas e sociais de plantio, cultivando alimentos de base agroecológica sem uso de agrotóxicos, com produtos de qualidade e a possibilidade de inclusão das comunidades de camponeses que vivem da agricultura, além de retomar os princípios básicos da agricultura tradicional e a inclusão de povos tradicionais e indígenas na economia local.

As mulheres conquistaram um espaço importante dentro do campo e nas tarefas da agricultura. Reivindicaram seus direitos e organizaram movimentos sociais na luta contra a opressão de gênero, preconceito e discriminação.

A soberania e segurança alimentar garantem o direito à alimentação, proporcionam condições de vida saudável, sendo visto como direito de todos, quebrando a desigualdade social imposta por sistemas capitalistas que apenas buscam a valorização da economia, deixando a população em situação de fome e miséria, embora apresentem discurso do progresso.

Este trabalho evidenciou a existência de uma luta de classes em um tensionamento entre a agricultura familiar camponesa e o agronegócio, mostrando que a agroecologia é capaz de alimentar o mundo de forma sustentável, assegurando a dignidade alimentar e o combate à fome. As políticas públicas desempenham papel decisivo nesse cenário, pois são ferramentas estratégicas para enfrentar a

insegurança alimentar no país, fortalecer a soberania alimentar dos povos e garantir o direito de todos a uma alimentação adequada e saudável.

Portanto, é fundamental ampliar e fortalecer essas políticas, promovendo o diálogo entre as diferentes formas de produção agrícola e valorizando o protagonismo das comunidades tradicionais, camponesas familiares para construir um sistema alimentar mais justo, que considere o bem viver e inclusivo.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. AGROECOLOGIA, AGRICULTURA CAMPONESA E SOBERANIA ALIMENTAR. **REVISTA NERA**, (16), 22–32, (2012).

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANVISA. **Anvisa divulga resultados do monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos**. Disponível em: < <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2023/anvisa-divulga-resultados-do-monitoramento-de-residuos-de-agrotoxicos-em-alimentos> >. 2023.

ANVISA. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos**. Disponível em: < <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/agrotoxicos/programa-de-analise-de-residuos-em-alimentos/relatorios-do-programa> >. 2023.

ARAÚJO, I. M. M. de. OLEIVEIRA, Â. G. R. da C.. (2017). **AGRONEGÓCIO E AGROTÓXICOS: IMPACTOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS NO NORDESTE BRASILEIRO**. Trabalho, Educação E Saúde, 15(1), 117–129.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio. (Orgs). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

BOMBARDI, Larissa. **Agrotóxicos e Agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em [http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agrotóxicos%20e%20agronegócio%20-%20arcaico%20e%20moderno%20se%20fundem%20no%20campo%20brasileiro%20\(Larissa%20M.%20Bombardi\).pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agrotóxicos%20e%20agronegócio%20-%20arcaico%20e%20moderno%20se%20fundem%20no%20campo%20brasileiro%20(Larissa%20M.%20Bombardi).pdf). Acesso em: 17 outubro de 2024.

BORSATTO, Ricardo S.; CARMO, Marcelo S. *O paradoxo da agroecologia: ciência ou movimento social?* Revista Brasileira de Agroecologia, v. 8, n. 2, p. 35–48, 2013. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/12782>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRUNO, Regina. **Agronegócio, palavra política**. Ponencia apresentada al VIII Congreso Latino americano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. CAMPOS, Rosana Soares. SOBERANIA ALIMENTAR COMO ALTERNATIVA AO AGRONEGÓCIO NO BRASIL. **REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**. Universidad de Barcelona. 2007.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. ***A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta/RS***. Buenos Aires: CLACSO – Conselho Latino americano de Ciências Sociais; Editora Outras Expressões, 2011. 208 p.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. ***Dossiê: impactos dos agrotóxicos na vida das mulheres do campo, das florestas e das águas***. Brasília: ANA/MST, 2022. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/dossie-mulheres/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002. 48p.

CARDOSO, Elisabeth; SCHOTTZ, Vanessa; PACHECO, Maria Emilia (coord.). **Mulheres construindo a agroecologia**. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ANA, 2008. 76p.

CARDOSO, Irene Maria. “O que é a Agroecologia e qual a sua importância para superação do modelo do agronegócio, já que este modo de produção é o maior responsável por este consumo?”. **Revista Esquerda Petista**, 2015. Disponível em: < <https://agroecologia.org.br/2015/01/28/2015-e-depois-qual-agricultura-questiona-presidente-da-aba> >

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVALCANTI, Joanna Amarante Silva. **SAFGEO: A importância do sistema agroflorestal como ferramenta pedagógica para a construção do conhecimento no Curso de Geografia da UFPE**. Trabalho de Conclusão de Curso UFPE, 2024.

ESMERALDO, Gema; CAMURÇA, Andrea; VIANA, Ligia. ABRANTES, Karla. Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e re(existência) para a vida planetária. In: MOLINA, Mônica [et al.] **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias**: reflexões sobre o Programa Residência Agrárias: volume II, Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.

FAO. **LA SEGURIDAD ALIMENTARIA Y LA NUTRICIÓN EM EL MUNDO. 2023.** Disponível em: < <https://www.fao.org/3/cc3017es/online/state-food-security-and-nutrition-2023/food-security-nutrition-indicators.html> > Acesso em: 05 de março de 2024.

FAO no Brasil. **Estudo inédito da FAO aponta que a biodiversidade do planeta está desaparecendo.** Disponível em: < <https://fao.org/brasil/noticias/detail-events/fr/c/1181587/#:~:text=A%20base%20dos%20nossos%20sistemas%20alimentares%20est%C3%A1%20sob%20grave%20amea%C3%A7a&text=Das%20cerca%20de%206%20mil,66%25%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20agr%C3%ADcola%20total.> > Acesso em: 11 de março de 2024.

FONSECA, Maria. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FORO MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007, Malí. **Declaração de Nyélény.** Disponível em: <http://www.nyeleni.org/spip.php?article327>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

HECHT, Susanna. A Evolução do Pensamento Agroecológico. In: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento CLADES** (Rio de Janeiro) Ano I, N° 1, Ago, 1993.

HESPAHOL, Antônio Nivaldo. **Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial.** 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP. São Paulo, pp. 370-392. 2008.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017.** 2017.

LUZZI, Nilza. **O debate agroecológico no Brasil:** uma construção a partir de diferentes atores sociais. Rio de Janeiro, CpdA/UFRRJ, Tese de doutorado, 2007.

MACHADO, Luiz.; MACHADO FILHO, Luiz. **Dialética da agroecologia:** Contribuição para um mundo com alimentos sem venenos. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARINHO, Cristiane Moraes; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de; FREITAS, Helder Ribeiro; NETO, Moises Felix de Carvalho. **Agroecologia e construção do conhecimento agroecológico:** questões conceituais, constituição e experiências. Extramuros. Petrolina-PE, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/803/564> >

MARQUES, Ana Carolina de Oliveira et al. **A contribuição da agricultura familiar na produção agropecuária do Brasil a partir do censo agropecuário do ano de 2006.** In: JORNADA DO TRABALHO, 21. "A Dimensão Espacial da Expropriação Capitalista sobre os Mundos do Trabalho: cartografando os conflitos, as resistências e as alternativas à sociedade do capital", São Paulo, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro FASE, 1989.

MELO, Emely Christine Sulino de. **Agroecologia e ecologia de saberes desconstruindo o projeto colonial da agricultura brasileira:** a Zona da Mata pernambucana é resistência. Dissertação UFPE, Recife. 2021.

MELO, Emely Christine Sulino de. PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Agroecologia e ecologia dos sabres desconstruindo o projeto colonial da agricultura brasileira: a Zona da Mata pernambucana resiste. **Campo-Território:** Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.18, n. 52, p. 8, dez, 2023.

MELO, Thiago da Silva. **A ideologia por trás do termo agronegócio.** Revista Pegada, vol. 19. nº 2. 2018.

MENDONÇA, Maria Luisa. **Modo capitalista de produção e agricultura:** a construção do conceito de agronegócio. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera:** ano 9, n. 8. São Paulo, 2006.

MITIDIEIRO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. **O agro não tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. Associação Brasileira de Reforma Agrária. 2021.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Em defesa da Agricultura Familiar Sustentável com Igualdade de Gênero**. IN GT Gênero –Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. Perspectiva de Gênero: Debates e Questões para as ONGs. Recife: Gênero e Cidadania, 2002 (obra coletiva).

PENSSAM - REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA ALIMENTAR - II **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]:** II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

PEREIRA, Monica Cox de Britto. Desenvolvimento e Meio Ambiente: o todo é maior que a soma das partes. **Plurais** (Anápolis)., v.1, p.265 - 272, 2005.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: Caldart, Roseli Salette; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo; Frigotto, Gaudêncio (ORGS.). **Dicionário da Educação do Campo**. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 685-689 pp.

PEREIRA, Monica Cox de Britto; SILVA, Luciana Costa; BRITO, João Henrique Ferreira. Uso da terra a partir do enfoque agroecológico: reforma agrária e meio ambiente. **Revista Brasileira Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Agroecologia na formação universitária: da ecologia à Agroecologia e do ecossistema ao agroecossistema. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 1 (2016) 1-14p.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto; SILVA, Valcilene Rodrigues; MELO, Emely Christine Sulino de; SILVA, Uschi Cristina. **Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia:**

Tecer a Renda, Resistir e Construir Conhecimento Agroecológico. Cadernos de Agroecologia, XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, Sergipe – v. 15, no 2, 2020.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *Modernização e desenvolvimento: entre discursos e práticas.* São Paulo: Editora Unesp, 2005. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v9n4k>. Acesso em: 4 jun. 2025.

Portal Embrapa. **Agricultura Familiar.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 12 de março de 2024.

Portal Embrapa. **Código Florestal. Sistemas agroflorestais (SAFs).** Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/sistemas-agroflorestais-safs>. Acesso em: 3 de janeiro de 2024

SANTOS, Christiane Fernandes; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; ARAÚJO, Iriane Teresa de; MAIA, Zildenice Matias Guedes. **A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar.** Rio Grande do Norte, 2014.

SARANDON, Santiago Javier. **Educacion y formacion en agroecologia:** una necesidad impostergable para un desarrollo rural sustentable. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA; CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, Curitiba, 2009.

Secretaria de Comunicação Social. **Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO.** Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao>. Acesso em: 11 de março de 2024.

SHIVA, Vandana. **Manifesto Para uma Democracia de la Tierra. Justicia, Sostenibilidad y Paz.** Barcelona: Paidós, 2006.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** uma perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Maria Zênia Tavares da. **A segurança e a soberania alimentares**: conceitos e possibilidades do combate à fome no Brasil. Universidade Federal Rural de Pernambuco. P. 97-111. 2020. Consultado em: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.8626>

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira** [online]. rev. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 135 p.

WEZEL, Alexander. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**. v.29. n. 4. Germany: Springer Verlag, 2009.